

## F. Henrique só confia em negociações

O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, garantiu ontem que o Centrão não tem maioria na Constituinte. "Se tivesse, não estaria fazendo tanto barulho para modificar o Regimento e apresentar um novo substitutivo: bastava aprovar tudo através de emendas ao projeto da sistematização".

Na opinião do senador paulista, nem a direita nem a esquerda possuem maioria fechada em torno de todos os artigos da Constituição, o que é saudável porque estimula a negociação. "O que existe é um pêndulo que ora pende para um lado e ora para o outro. As maiorias se formam em torno de cada matéria e quem é progressista em determinado assunto pode ser conservador em outros".

Segundo Fernando Henrique, é justamente esta flexibilidade que justifica a proibição de apresentação de substitutivos integrais. Ele foi relator do regimento interno da Constituinte e não se arrepende de ter incluído dispositivo neste sentido: "A Constituição envolve tal diversidade de assuntos que é preciso que se forme maioria em torno de cada artigo".

O deputado Guilherme Afif é um dos principais articuladores do Centrão, mas concorda, com o líder peemedebista a respeito das divergências internas do seu grupo. Embora garanta que a maioria dos constituintes defende a modificação do Regimento, ele admite que o seu grupo não vive apenas de convergências.

## Para Ulysses, é "pseudo-ameaça"

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), considerou ontem uma "pseudo-ameaça" a "notícia" de que a apreciação por partes do projeto de Constituição seria suscetível de pronunciamento do Supremo Tribunal Federal (STF), por contrariar a emenda que convocou a Constituinte. Na sessão da Assembléia, Ulysses foi enfático:

— Em várias entrevistas que dei, repeli esta interpretação atentatória à soberania da Assembléia Nacional Constituinte — disse, e foi aplaudido pelo plenário. Não é absolutamente esta ameaça ou pseudo-ameaça, nem ameaça é, porque não tem qualquer fomento jurídico. Qualquer juiz de roça julgaria preliminarmente como inepta uma pretensão dessa ordem.

# Centrão abre espaço com maioria

## Ulysses entra em entendimentos para formalizar atuação do grupo

O projeto do Centrão — grupo interpartidário de defesa da livre iniciativa — deverá alcançar hoje mais de 300 assinaturas, mas sua formalização, val depender de possíveis entendimentos de seus coordenadores com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

Entre assinaturas e recuos estão se realizando entendimentos entre parlamentares influentes do centro, do centro-direita, do centro-esquerda e da esquerda. Ontem, no fundo do plenário, um dos líderes do Centrão, Roberto Cardoso Alves (SP), tranquilizou o vice-líder do PT, deputado José Genóio (SP): "Queremos que o plenário participe, que a minoria possa discutir e votar. Não queremos que haja vencidos e vencedores".

O senador José Richa (PMDB-PR) da "Operação Primavera", conversou com o líder do Governo,

deputado Carlos Sant'Anna, para mostrar que seria mais conveniente um acordo de maioria, para votar no plenário, do que emendas substitutivas, supressivas ou aditivas, reabrindo o processo de emendas. Sant'Anna não fechou as portas, mas disse a Richa que o movimento pela reforma do regimento terá o apoio de mais de 300 constituintes. Richa não contestou, afirmando, inclusive, que concorda com muitos dos pontos que o Centrão defende.

O presidente da Constituinte, mesmo sem contestar a iniciativa do grupo, continua defendendo o entendimento, insistindo na inconveniência de novas emendas substitutivas.

Um parlamentar moderado, que não faz parte do Centrão, opinou que o grupo quer dar demonstração de força perante Ulysses e a Constituinte, para entrar no

possível acordo em posição de vantagem.

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) defendeu a iniciativa do Centrão, afirmando que não há condições políticas de se evitar a manifestação da maioria. O líder Carlos Sant'Anna tem dito que o perfil da Comissão de Sistematização é diferente daquele do plenário. "A Comissão foi composta a dedo pelo líder Mário Covas. As esquerdas estão predominando" — comentou.

Os moderados não discordam, mas afirmaram que as esquerdas, mesmo minoritárias, estão organizadas e se prepararam a cada votação, o que não vem acontecendo com o centro, centro-esquerda e centro-direita. "Daí as vantagens que as esquerdas estão conseguindo" — observou um dos principais parlamentares do PMDB, favorável ao entendimento para evitar o impasse.

## Engano irrita deputado do PT

O deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), irritado pela inclusão de seu nome na lista de membros do Centrão, publicada na edição de ontem do CORREIO BRAZILIENSE, rasgou a página do jornal em que estava publicada a lista, em meio à sessão da Comissão de Sistematização, exigindo da mesa providências contra o que classificou de "manipulação". O deputado pediu ao presidente da mesa, senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), uma sindicância para "saber a origem desta falsa lista".

O deputado só se acalmou quando o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), que tinha o original da lista em mãos, tomou a palavra e explicou o engano: "O nome que tenho nesta relação é o do deputado Virgílio Galassi (PDS-MG), e a semelhança dos nomes deve ter ocasionado um engano".

O senador Jarbas Passarinho, também irritado pela interrupção da sessão causada pelo deputado petista, afirmou, rispidamente: "Vossa Excelência teve problemas com a imprensa. A mesa da Comissão nada tem a ver com isto".

O deputado José Maria Eymael (PDC-SP) também negou a adesão ao grupo. Ele diz que foi consultado na semana passada por Daso Coimbra, coordenador do trabalho de recolhimento de apoio ao projeto, mas não aderiu porque pretende apresentar um outro projeto de alteração do regimento.

EUGENIO NOVAES



Daso Coimbra controla a lista de adesões

## Daso anuncia hoje mais 26 adesões

Com a adesão do deputado Geraldo Fleming, o Centrão completou ontem as 280 assinaturas necessárias à proposta de mudança do Regimento Interno da Constituinte, que, no entanto, só pretendem formalizar hoje junto ao presidente Ulysses Guimarães. E que segundo o deputado Daso Coimbra, outros 26 deputados e senadores se comprometeram a assinar e eles desejam garantir um número extra de adesões, já que muitos acabam depois pedindo para retirar seus nomes. Isso até aconteceu ontem com cinco deputados, que por sinal ele não abateu dos 280 contabilizados.

O deputado Ricardo Fluzo chamou de covardes os deputados que retiraram suas assinaturas da proposta, porque acha que eles se renderam ao patrulhamento. E desmentiu que a coleta tivesse sido feita sem o anúncio claro dos ob-

jetivos de mudar o Regimento.

Segundo Daso Coimbra, quem assinou também não deu garantia de que mantinha o voto no plenário, quando a proposta for colocada em votação. Mas o deputado Bonifácio de Andrada está certo de que compensará estes prováveis furos com pessoas que mesmo sem assinar acabaram votando com o Centrão.

Ontem, depois de conhecer a decisão do presidente Ulysses Guimarães para adiar o início da votação em plenário, o líder Carlos Sant'Anna disse que ele apenas se antecipou ao grupo, pois sabia que era antirregimental colocar em debate um fragmento do texto ainda tramitando na Comissão de Sistematização. E está seguro de que se esta foi uma manobra para esvaziar o Centrão não dará certo, porque o tempo permitirá que arrematem a mobilização dos integrantes do grupo.

## CAFÉ À VENDA: artificialismo e comicidade

Escoaram-se mansamente quase 30 dias entre a assinatura do novo Acordo Internacional do Café e a abertura dos registros de vendas no Brasil. Enquanto isso, os concorrentes estão colocando seu produto. Alcançam áreas antes cativas do café do Brasil. Principalmente entre não-membros da OIC/infensos aos espartilhos do acordo. Nesta sexta-feira, finalmente, abriram-se os registros, quando o Governo comemorava 100 dias de fechamento. Tratemos, pois, de vender café em novembro e dezembro, que outubro só serviu para embarcar muito volume contabilizado pelo Governo no mês de setembro. Ainda assim, cercados de artificialismos por todos os lados, sendo o mais grave a dação de um naco das exportações para as cooperativas. Ai residem os ingredientes da revolução germinada nos labirintos da burocracia amancebada com a lavoura, com o objetivo de "endireitar a alimária" como diria o velho Eça, no sentido da estatização.

É, aliás, da natureza dos governos tropicais essa vocação insopitável para intervir no comércio. No caso, com o agravante de que os tentáculos governamentais escalados para o setor movem-se a poder de franca hostilidade com o comércio exportador, sem a preocupação sequer de disfarçá-la.

É engraçado confrontar a profissão de fé privatista do ministro da Indústria e Comércio, José Hugo Castello Branco, com a ação ferocemente estatizante de seus subordinados, entrincheirados no organograma do MIC.

O ministro diz uma coisa. Seus auxiliares fazem outra. Não há, falar nisso, exemplo mais estrambótico de dicotomia que as posturas do Ministério e do IBC a respeito da Operação Patrícia. O ministro, como todos sabem, autorizou a operação, na gestão anterior do IBC. O atual presidente recusa-se a cumprir o contrato firmado por seu antecessor com as 18 casas exportadoras chamadas a trabalhar para o Governo. Motivo: estaria convencido, segundo informantes de sua proximidade, de que a operação é lesiva aos interesses do País. Até aí tudo bem e, a ser mesmo lesiva, que se chamem à responsabilidade seus autores. A começar pelo honrado ministro José Hugo Castello Branco. No entanto, os realizadores da intervenção nada têm a ver com a idiossincrasia do ministro e do presidente do IBC para com o assunto. Limitam-se a pagar a conta. Existe até uma comissão interministerial formada com a finalidade de desbastar o cipó armado em torno da Patrícia. Há notícias de que trabalha a contento, sob a direção de um sr. Maurício Piancastelli, do MIC. A contento, embora devagar. Mas isso é outro tema. Voltando ao artificialismo, que o Governo, em café, exercita à exaustão, inspira cuidados o discurso ouvido em Brasília, da boca do secretário-geral do MIC, sr. Luis André Rico Vicente. Diz ele: "A intenção (do Governo) é levar a cafeicultura brasileira a desenvolver uma estrutura operacional semelhante à colombiana, onde as cooperativas e associações definem as cotas de exportação e investimentos do setor, sem interferência de um órgão estatal". E vai por aí o doutor Rico Vicente, em uma confusão de conceitos e objetivos de se rir até às lágrimas.

É engraçadíssimo, podem crer, mas é um perigo. O ilustre secretário-geral pode ser dono de uma ingenuidade abissal, para dizer o mínimo.

Mas sua fala não deve ser gratuita. Por baixo desse angu, como gosta de dizer o esperto engenheiro Brizola, "algo há". É o que veremos no próximo domingo. Se o café e o País resistirem até lá. (J.N.C.) (Transcrito do "Jornal do Comércio", de 1/11/87).

## Afif: Bloco já produziu um fato novo

O movimento promovido pelo Bloco Centro-Liberal produziu um fato político novo e de grande importância para a Constituinte, na opinião de um dos idealizadores do Centrão, o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP). Na sua avaliação, a decisão do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, de cancelar o funcionamento concomitante do plenário e da Comissão de Sistematização, vem comprovar, mais uma vez, que os homens inteligentes tornam-se dóceis diante das evidências.

— O que se pretendia fazer, com a votação simultânea das duas instâncias da Constituinte era um flagrante desrespeito ao próprio Regimento Interno. Ninguém pode votar a parte, sem conhecer o todo — afirmou Afif.

Segundo o deputado, a reação dos constituintes "moderados" comprovou a revolta que o sistema imposto pelas chamadas lideranças formais provocou na maioria dos constituintes. Os trabalhos da Constituinte até o momento foram encaminhados por um "gargalo de poder", ocupado por forças organizadas e que, como minoria, vinha impondo de forma antidemocrática suas posições à maioria, afirmou o parlamentar.

## Empresários não mudam estratégia

A estratégia da Frente Nacional da Livre Iniciativa para modificar os artigos aprovados pela Comissão de Sistematização — principalmente os do capítulo da Ordem Social — não deverá mudar caso os parlamentares ligados ao grupo "Centrão" consigam mudar o regimento da Constituinte. Os empresários ligados à frente decidiram ontem à noite na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI) continuar analisando emenda por emenda e atuar na Constituinte com um trabalho segmentado ao invés de centrarem seus esforços num substitutivo único, conforme pretendia o grupo de parlamentares de centro.

Segundo o presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Arthur João Donato — um dos articuladores da frente — os empresários defenderão suas propostas mas não se ligarão a nenhum grupo formado dentro da Assembléia Constituinte. "Precisamos atuar junto a todos os grupos", disse ele. Na sua opinião, o Centrão está defendendo idéias coincidentes com as dos empresários; no entanto, assegurou que não há um trabalho conjunto.

## ABDD volta a atacar a Constituinte

Rio — Na sua segunda reunião pública, a Associação Brasileira para Defesa da Democracia — uma organização de direita que reúne expoentes da ditadura militar como o brigadeiro João Paulo Burnier e o general Coelho Neto — voltou a atacar a Constituinte, ao advertir num documento lido na abertura pelo brigadeiro Márcio Coqueiro para os perigos de teses "solapadoras" e destruidoras da própria democracia, mascarando propósitos totalitários, socializantes e comunizantes, embutidas em conceitos misticistas da liberal democracia".

Desta vez, a ABDD poupou o presidente Sarney, mas foi incisiva na crítica aos constituintes e a adoção do parlamentarismo, na palavra do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (de 71 a 81), Antônio Nader (um dos efetivos articuladores do movimento de 64):

— O argumento das posições que defendem o parlamentarismo é de que, com isto, estariam evitando a intervenção militar. Mas o parlamentarismo no Brasil, um País jovem, irá provocar instabilidade e turbulências, o que poderá resultar na intervenção militar — advertiu este jurista.

O ex-ministro Antônio Nader não mediu palavras na defesa de sua postura conservadora. Na sua opinião, há uma ascensão preocupante das massas, que estavam guardadas "nos seus escaninhos" e que despertara, a partir da 2ª guerra mundial. As massas, de acordo com o ministro do STF, est-ao cada vez mais politizadas o que as tornam mais exigentes: Isto por sua vez — ainda segundo Nader — exige a preparação de homens de elite nos aparelhos de Estado:

— O que temos hoje é uma democracia das massas. E as massas não escolhem homens de elites. O brigadeiro Márcio de Mello e Souza, um dos integrantes da junta militar em 68, foi um dos dirigentes da reunião da ABDD, patrocinada pelo jornal da direita Letras em Marcha.